

# IMPACTOS E IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO HOMEM INTEGRANTE/INTERVENTOR

## SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS AND IMPLICATIONS OF THE INTEGRATING MAN / INTERVENTOR

*Rodolfo Fares Paulo<sup>(\*)</sup>  
Edvaldo Sant`Ana Lourenço<sup>(\*\*)</sup>*

### Resumo

O trabalho propõe uma reflexão sobre o papel do homem e sua relação simbiótica com a natureza em meio ao debate da política ambiental brasileira vocalizada pelo Estado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Para tanto, tem como objetivo questionar o papel do homem como integrante/interventor da natureza e suas complexas implicações socioambientais. Com metodologia de pesquisa qualitativa, contribui com o debate e construção coletiva de soluções a partir de uma abordagem política-ideológica que perpassa o surgimento das cidades, a industrialização à contemporaneidade. Nesta construção dialética que agrega o Estado, sociedade e cidadão no espírito democrático, se intenta minimizar as diferenças e ampliar canais de diálogo que possibilitem proposições para compreensão da relação homem/natureza e promoção da responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Meio ambiente. Integrante/interventor. Impactos socioambientais.

### Abstract

The work proposes a reflection on the role of man and his symbiotic relationship with nature in the midst of the debate on Brazilian environmental policy voiced by the State and CSOs. To this end, it aims to question the role of man as a member / intervener of nature and its complex socio-environmental implications. With qualitative research methodology, it contributes to the debate and collective construction of solutions from a political-ideological approach that runs through the emergence of cities, industrialization to contemporary times. In this dialectical construction that brings together the State, society and citizens in a democratic spirit, the intention is to minimize differences and expand channels of dialogue that enable proposals for understanding the relationship between man and nature and promoting socio-environmental responsibility.

**Keywords:** Environment. Member / interventor. Socio-environmental impacts.

---

<sup>(\*)</sup>Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Sinop - FASIP. Professor do Curso de Direito, na Faculdade de Sinop - FASIP, ministrando as disciplinas de Teoria Geral do Direito e Direito Administrativo II. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília/SP - UNIVEM. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Euripedes de Marília (2009). Advogado inscrito na OAB/MT sob o nº 17.333.

**E-mail:** [rfpaulo@gmail.com](mailto:rfpaulo@gmail.com)

<sup>(\*\*)</sup>Professor bacharel/licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Uberlândia - PUC/MG (2014), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2016) na linha de pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação. Educador e Gestor de Social. Membro do Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo Social (2010/2018). Atualmente professor universitário do Curso de Direito, na Faculdade de Sinop – FASIP e UNEMAT (Universidade Estadual do Mato Grosso). Tem experiência nas áreas de educação superior e gestão social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, filosofia jurídica, economia política, biopolítica e relações de poder.

**E-mail:** [edvaldosalo@gmail.com](mailto:edvaldosalo@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propedêutico, recorte de pesquisa, com premência e importância tem como objetivo corroborar a discussão acerca da temática meio ambiente e seus impactos. Alçada ao debate público, a política ambiental brasileira é problematizada ao questionar o papel do homem como integrante/interventor da natureza e suas complexas implicações socioambientais.

Pensar a categoria, do integrante/interventor especificamente na esfera política ambiental brasileira faz-se necessário, afinal, o homem sempre manteve uma relação simbiótica com a natureza desde a colonização aos dias atuais, passando pelo surgimento das primeiras cidades, a industrialização e o êxodo rural, com consequências do crescimento demográfico urbano, marginalização de populações e impactos socioambientais do crescimento urbano, entre outros.

A ocupação urbana, sobretudo no Brasil, ocorreu de forma totalmente desorganizada, sem sequer planejamento, prova disso é o aumento do número da população nas cidades, um fenômeno que ocorreu de forma considerável após a revolução industrial.

O aumento da população nas grandes cidades está diretamente vinculado à falta de perspectiva de trabalho no campo. Sendo assim, os trabalhadores rurais começaram a migrar para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida, fato que é conhecido como êxodo rural, e que no Brasil ocorreu em grandes proporções em meados dos séculos XIX e XX.

Como essas demandas e problemas gerados são complexos, o Estado brasileiro não foi e não é capaz de atendê-las em sua totalidade, em grande parte pela ineficiência das políticas públicas, corrupção sistêmica ou por negligência ideológica - bem como pela dimensão continental do país. Por isso as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se mobilizam a fim de contribuir com o debate e construção coletiva de soluções a partir de uma abordagem política-ideológica, religiosa, filosófica, ética, jurídica, antropológica, psicológica, tecnológica, literária dentre outras.

No intuito de viabilizar esta construção dialética, o Estado, a sociedade e o cidadão por vezes concordam, por vezes divergem, mas no espírito democrático tentam minimizar as diferenças e ampliar canais de diálogo que possibilitem proposições para compreensão da relação homem/natureza. Mas ainda se vê uma

diferença vultosa, entre a realidade e as pautas da ordem do dia em políticas públicas, que em alguns casos se tornam limitantes no atendimento de demandas locais e focalizadas de governos que beneficiam grupos estratégicos e não o bem comum.

Compreende-se que este processo dialético coloca o homem em movimento, em busca de algo melhor para si e para os outros, no intuito de descobrir e construir possibilidades novas que abram perspectivas e horizontes. Nesse caminho, há mudanças naturais, e outras, frutos da crise. Na procura de soluções/alternativas plausíveis e razoáveis, ele se põe a caminho – essa inquietude é inerente à sua natureza transformadora. Nesse aspecto, as transformações educacionais, culturais, sociais, econômicas e políticas são componentes de inquietações presentes em cada pessoa e nos movimentos sociais que se alimentam de incongruências, paradoxos, antagonismos e incertezas da vida humana em sociedade.

Dentre os contributos para as mudanças socioambientais está a sociedade civil como espaço da vida social organizada. As OSCs têm regras próprias e surgiram como estratégias de mobilização com o objetivo de garantir direitos, autonomia e liberdade aos cidadãos.

As configurações das OSCs são amplas e apresentam formas de organização complexas, e dentre os componentes das OSCs está a Organização Não-Governamental (ONG). O termo ONG foi usado pela primeira vez em 1950 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para definir toda organização da sociedade civil que não estivesse vinculada a um governo. Hoje, elas são definidas como instituições privadas que têm uma finalidade pública, sem fins lucrativos. Em geral, as ONGs perseguem benefícios educacionais, sociais, humanitários ou ambientais e iniciaram suas atividades como entidades executoras de projetos humanitários ligados a organizações de solidariedade, em que normalmente estavam ligadas às instituições religiosas. Elas estavam preocupadas com a consolidação da democracia e, com o passar do tempo, ganharam força e passaram a ser forte instrumento educativo voltado à conscientização e transformação social (LANDIM, 1998).

O chamado Terceiro Setor é uma nomenclatura, um termo usual para definir entidades privadas que fazem uso de recursos públicos e privados para promover benefícios com fins públicos. Apesar de serem organizações privadas, desenvolvem atividades de cunho socioeducativo, dentre outras, com fins não econômicos. Esse setor é composto pelo conjunto de entidades que trabalham em prol do bem comum, com o intuito de contribuir para a solução dos problemas sociais, educativos, de saúde, meio

ambiente e outros; e, mais recentemente, por instituições que, em nome desses ideais, atuam a favor de condições de expropriação e subjetivação dos sujeitos sociais. Nesse ambiente, o século XXI está repleto de associações sem fins lucrativos que são comumente conhecidas como ONGs, como instituições, organizações sociais, sociedades cooperativas, fundações, institutos e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Elas atuam em parceria, para ampliar as ações do Estado no campo social, da saúde, educação e meio ambiente, bem como para ampliar o espaço de divulgação e inserção de valores neoliberais defendidos pelos mecanismos internacionais e nacionais. Um aspecto que caracteriza essas instituições é a ausência de lucro, ou seja, os dividendos são aplicados nas atividades-fins, não podendo, em hipótese alguma, serem divididos entre seus diretores e funcionários, pois o atendimento prestado é público, voltado às demandas da sociedade (GOLDSTEIN, 2007).

A sociedade civil é considerada a porta-voz do cidadão que pode, por meio do Terceiro Setor, promover a garantia dos direitos e deveres dos cidadãos, assim como a cidadania, a equidade e a justiça social.

## 1 SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS CIDADES

Podemos afirmar que, desde os primórdios, de uma forma geral, a solidão não faz parte da natureza do ser humano, uma vez que este sempre viveu em companhia de seus semelhantes. Dessa forma, juntamente com a necessidade de viver em comunidade surge à necessidade da intervenção de um terceiro para atender e resolver eventuais conflitos de interesse.

Nesse diapasão, Rousseau (1989), precursor da Sociologia, afirmava que as sociedades resultavam diretamente da harmonização dos interesses entre as pessoas, formando, desta forma, o que o autor denominava o Contrato Social. Nesse contrato as pessoas formulariam um pacto legitimando os limites de atuação uns dos outros, podendo desta forma, ter os eventuais conflitos de interesses resolvidos mediante um consenso.

Ainda nesse sentido apresenta Lefebvre (2004. p. 36):

Esta cidade resulta geralmente de um sinecismo, reunião de várias aldeias ou tribos estabelecidas num território. Esta unidade permite o desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade mobiliária (dinheiro) sem, todavia, destruir a propriedade coletiva, ou antes, “comunitária” do solo. Assim se constitui uma comunidade no seio da qual uma minoria de livres cidadãos detém o poder sobre outros membros da cidade: mulheres, crianças, escravos, estrangeiros.

Com isso, entende-se que o sentido e finalidade da cidade, tendo como origem a sua construção histórica, é para o homem a sua própria existência. Em outras palavras:

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática socioespacial. (CARLOS, 2004. p. 14)

Portanto, através da convivência entre os indivíduos, aos poucos, grupos foram sendo formados, grupos estes que passaram a viver em um ambiente de mútua assistência. Dallari (2010, p. 55) apresenta a origem do Estado por uma perspectiva econômica/patrimonial, onde o Estado surgiria em decorrência das necessidades do homem, ou seja, um aproveitamento em relação aos benefícios da divisão do trabalho, onde seriam integradas diversas atividades profissionais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a formação de aglomerações de homens deu origem às primeiras sociedades, que unidas formaram as primeiras cidades e deram origem ao que é denominado civilização. No entanto, as cidades primitivas possuem características rurais, com sua estrutura estabelecida em torno da agricultura, domesticação de animais e pecuária; situação que será modificada com o surgimento das primeiras indústrias, conforme será visto a seguir.

### *1.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO E O ÊXODO RURAL*

Assim como em diversas partes do mundo, o desenvolvimento das cidades no Brasil tem como ponto de partida a propriedade rural, onde se tinha a fazenda que, com suas colônias de empregados rurais, formaram as primeiras cidades operárias. Ocorre, entretanto, que tais fazendas eram afastadas uma das outras e, principalmente, distantes da capital e dos portos.

Dessa forma, Deffontaines (2004. p. 125-129) relata que existia um pequeno comércio que era formado, em grande parte, por ambulantes que transportavam produtos oriundos da agricultura, das fazendas para os portos, tal figura ficou conhecida popularmente como tropeiro.

Esses tropeiros por sua vez, com suas idas e vindas, disseminavam ideias, hábitos e novidades e, pelos caminhos que traçavam, começaram a surgir paradas,

repousos, que posteriormente se tornaram pequenas aglomerações, designadas cidades de viajantes.

Dentre outros produtos, o café é o que possui maior ligação com o crescimento urbano brasileiro desde a época do Império, uma vez que até  $\frac{3}{4}$  do valor de nossas exportações advinham da produção de café. A região sudeste, por exemplo, ficou conhecida por ter sido a pioneira e a principal fornecedora do produto.

Diante das características naturais dos arbustos de café, que se enraízam profundamente nos solos, seriam necessárias condições especiais de solo para o sucesso das plantações, como boa fertilidade, riqueza mineral e boa capacidade de retenção de água, fatores esses que facilmente poderiam ser encontrados na região sudeste brasileira. (FRANÇA, 1960. p. 11)

No entanto, diante de tais circunstâncias, os fazendeiros proprietários de grandes plantações de café passam a ocupar importantes posições na sociedade, sendo atribuídas a eles funções políticas. Diante dessa situação, França (1960, p. 13) afirma que, a 1ª República (1889-1930) teria se apoiado nos fazendeiros de café, e assim os estados cafeicultores exerceriam um papel de comando na política federal, o que acabou por acarretar, também, num acúmulo de fortunas, sendo que a partir daí inicia-se o grande surto industrial brasileiro.

Ocorre que essa ocupação do solo realizada na área rural, posteriormente corresponderia à urbanização da região, ou nas palavras de França (1960, p. 194-195), “à medida que progredia o povoamento rural, iam sendo fundados os ‘patrimônios’ destinados a lhe fornecer o necessário quadro urbano”, sendo que desses patrimônios, futuramente, alguns se tornariam grandes cidades. Além disso, o setor cafeeiro sofreu um grande impacto com a crise de 1929, onde o preço médio da exportação despencaria de 5 libras-ouros por saca, para a média de 1,4 libras-ouro referente ao período de 1931 a 1939. Todavia, entre 1929 e 1933 surge uma mudança fundamental na dinâmica da economia brasileira, uma vez que o setor agrário/exportador passaria a segundo plano, e os setores ligados à indústria seriam os principais determinantes do nível de atividade.

Sendo assim, nota-se também que esse predomínio rural começa a se modificar com a crise de desemprego que assolou a Europa. Ribeiro (2006) relata que graças a esta situação, sete milhões de europeus passam a se fixar definitivamente em território brasileiro, tornando São Paulo o Estado mais procurado por estes imigrantes. Dessa forma, tal fato promove os primeiros indícios de industrialização no país.

Nesse sentido, podemos pontuar que, conforme relata Mumford (1991, p. 486), o capitalismo contribuiu consideravelmente para o estímulo à expansão urbana, pois visava exclusivamente aumentar a quantidade de produtos de consumo e os ganhos mensuráveis, por intermédio do industrialismo em larga escala. Com o capitalismo no auge, os novos empreendedores passaram a investir nas cidades antigas, sobretudo nas capitais, pois lá se encontravam grandes polos consumidores, além de que, como bem aduz Mumford (1991, p. 450), “as cidades que ofereciam o novo privilégio municipal do livre comércio e livre depósito de bens, sem taxa de entrada, para encorajar novos negócios, foram as primeiras a sentir o frêmito das novas empresas e a incentivar a concentração econômica”.

E é com base nisso que Ribeiro (2006. p. 177-178) apresenta alguns dados estatísticos:

Decuplica-se, como se vê, o contingente urbanizado, quando a população total do país crescera de duas vezes e meia, passando de 30,6 milhões, em 1920, para 70,9 milhões, em 1960. No mesmo período, a rede metropolitana crescera de seis cidades maiores de 100 mil habitantes para 31. Maior, ainda, foi o incremento das cidades pequenas e médias, que constituíam, em 1960, uma rede de centenas de núcleos urbanos distribuídos por todo o país na forma de constelações articuladas aos centros metropolitanos nacionais e regionais.

Lefebvre (2004, p. 51) faz uma importante consideração acerca dessa transformação, ao afirmar que a cidade “muda quando muda a sociedade no seu conjunto”, ou seja, a cidade sempre estará em constante mudança, intervenção, se adequando sempre às necessidades da sociedade.

Por iguais razões, como bem observa Mumford (1991), a população rural se encaminhava para as novas cidades industriais, sendo que desta forma as aldeias se expandiam e se transformavam em cidades e elas por sua vez se transformavam em metrópoles.

Esse crescimento contribuiu significativamente para o surgimento das denominadas Regiões Metropolitanas, pois segundo Eros Grau (apud TEMER, 2007. p. 114)

O intenso crescimento urbano determina como fato característico do século XX, o aparecimento de centros metropolitanos. Tal processo de crescimento se manifesta de tal modo que em torno de determinados núcleos urbanos outros se vão agregando, integrando-se a ponto de comporem novas realidades urbanas. Assim, as várias unidades integradas formam um aglomerado único, tecido de relações e interações

mútuas que transformam todo o conjunto em um sistema socioeconômico relativamente autônomo, abrangente de todas elas.

Portanto, com isso as cidades maiores crescem ainda mais, e nota-se também que começam a surgir cidades menores no interior das regiões produtivas, que passam a exercer funções especiais, auxiliando nas atividades das metrópoles.

Darcy Ribeiro (2006, p. 181) alerta ainda que no Brasil “a população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980”, sendo que em 2006, esse número já alcançava a escala de 110,9 milhões. Enquanto no mesmo período a população rural passa de 28,3 milhões para 38,6, sendo que por fim apresenta uma redução ao chegar em 35,8 milhões. Segundos dados recentes do IBGE, em 2010 a população urbana é de 84,4%, ou seja, aproximadamente 161 milhões de habitantes.<sup>2</sup>

O estudo apresentado pelo IBGE demonstra, claramente, o início de um significativo crescimento urbano em meados da década de 1950, mas que se intensifica ainda mais, entre as décadas de 1960 e 1970. É com base nesse pensamento que Mumford (1991, p. 485) afirma:

Talvez o fato mais importante de toda a transição urbana fosse o deslocamento de população que ocorreu em todo planeta. Esse movimento e a recolocação foram acompanhados por outro fato de magna importância: a espantosa ascensão no índice de crescimento demográfico. Esse aumento afetou países industrialmente atrasados, [...] com uma população predominante rural [...]

Vale ressaltar que Andrade (1998, p. 49) relata ainda que este crescimento demográfico não se processa da mesma forma em todos os países, sendo assim, este processo se torna mais lento em países ricos e desenvolvidos, do que nos países pobres, ou subdesenvolvidos<sup>3</sup>.

Por tais razões, fica demonstrado que tal crescimento demográfico desordenado se intensificou com o industrialismo e conseqüentemente, pelo êxodo rural, transformou as antigas cidades nos grandes centros populacionais que conhecemos hoje. E com isso, podemos afirmar que se deu origem à marginalização da sociedade, conforme se observa no tópico a seguir.

## *1.2 CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO URBANO*

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: < [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1866&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1) >.

<sup>3</sup> Subdesenvolvimento, na concepção de Manuel Correia de Andrade, nada mais é do que o resultado da expansão do modo de produção capitalista, por meio da divisão internacional do trabalho. Um processo que se inicia com as explorações das primeiras colônias. ANDRADE (1998, p. 67).

O crescimento demográfico urbano desordenado provoca impactos não só ambientais, mas também sociais. Em outras palavras, a intervenção atrelada à falta de planejamento das cidades no controle desse alto índice de crescimento acarreta nas degradações ambientais e contribuem para a marginalização da população.

É de ser relevado, portanto, que enquanto em países industrializados os problemas ambientais estão relacionados, direta ou indiretamente, com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico, já nos países em via de desenvolvimento, por sua vez, teriam seus problemas ambientais causados pelo subdesenvolvimento, uma vez que o crescimento populacional intenso, além de acarretar na degradação do meio ambiente, proporciona também a marginalização da população, que passa a viver bem abaixo do nível mínimo exigível para existência humana decente.

### *1.2.1 MARGINALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO*

O fato é que, segundo Ribeiro (2006, p. 184), a década de 1980 ficou caracterizada como o marco do crescimento explosivo brasileiro, onde o autor afirma ficar demonstrada a impossibilidade da continuidade de um crescimento econômico, tendo em vista as constrictões sociais que deformavam o desenvolvimento nacional, uma vez que

[...] a estrutura agrária dominada pelo latifúndio que, incapaz de elevar a produção agrícola ao nível de crescimento da população, de ocupar e pagar as massas rurais, as expulsa em enormes contingentes do campo para as cidades, condenando desta forma a imensa maioria da população à marginalidade.

Portanto, a falta de perspectivas de trabalho no campo fez com que os trabalhadores rurais começassem a migrar para as grandes cidades em busca de empregos e melhores condições de vida; esse fato ficou conhecido como êxodo rural. Ocorre, entretanto, que nenhuma das cidades estavam preparadas para receber tal contingente de pessoas, o que acabou acarretando na marginalidade de parte da população urbana.

Sobre este êxodo rural, Andrade (1998, p. 57-58) afirma:

Nos países em desenvolvimento, o êxodo rural não constitui um problema, pois as cidades têm estruturas capazes de absorver esta mão-de-obra, fornecendo empregos, e, no campo, a agricultura, através da mecanização e da adubação, moderniza-se, aumentando a produtividade e diminuindo o emprego da mão-de-obra. Nos países subdesenvolvidos, porém, ocorrem problemas sérios: as cidades não têm condições de oferecer empregos estáveis aos migrantes que a elas chegam e estes passam a viver de serviços eventuais, ou pedir esmolas, ou ainda recolher restos nos depósitos de lixo,

formando, nas próprias cidades ou nas áreas periféricas, um submundo que contrasta com os bairros ricos e de classe média.

Em outras palavras, segundo Mumford (1991), o capitalismo estabeleceu um novo papel para a cidade: a busca implacável pelo lucro. Quando se tratava de lucros, o interesse particular tinha primazia sobre o interesse público. E com isso a decadência e a desordem foram toleradas, e até mesmo encorajadas, como meios para redução de despesas, pouco se importando com as condições topográficas e as necessidades sociais das cidades.

Como consequência do capitalismo, Mumford (1991, p. 456) relata que o “capitalista contratava a mão de obra dentro das suas próprias condições”, bem como realizava a dispensa dos trabalhadores à vontade, sem aviso prévio e sem se importar com o que eventualmente poderia acontecer ao trabalhador ou à cidade.

Portanto, como já exposto, o grande fluxo de pessoas migrando para as cidades, ocasionou em um crescimento de forma desordenada, ou seja, sem planejamento. E para agravar a situação, como a demanda por emprego não atingia às necessidades de toda a sociedade, muitos indivíduos passaram a se instalar nas periferias das cidades, dando origem assim às primeiras favelas.

No mesmo diapasão, aponta-se também o entendimento de Lefebvre (2004, p. 80-81), ao afirmar que:

Nos países ditos “em desenvolvimento”, a dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades, camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria; frequentemente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e, no entanto, intensa, àqueles que ela abriga.

Se o crescimento se deu de uma forma geral sobre toda a cidade, afetando-a como um todo, podemos afirmar com veemência que as moradias dos mais pobres foram ainda mais afetadas. É com base nesse entendimento que Mumford (1991, p. 467) explica que

O congestionamento urbano verifica-se naturalmente quando um número demasiado grande de pessoas começa a competir por um número limitado de apartamentos e quartos; e, quando um proletariado comercial e industrial começou a afluir em massa para as grandes capitais [...] tais condições tornaram-se crônicas.

É nesse sentido que também afirma Lefebvre (2004, p. 24);

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”.

As favelas geralmente se concentram em áreas que não deveriam ser habitadas, ou seja, na maioria das vezes essas habitações são construídas de forma irregular. Nesses locais encontramos pessoas vivendo totalmente à margem da sociedade, uma vez que tais favelas não possuem nenhuma infraestrutura e na maioria das vezes sequer possuem saneamento básico.

Ribeiro (2006, p. 188) estabelece que a criação de favelas é uma forma clara de deterioração urbana, ao afirmar que

A própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas não únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver junto aos seus locais de trabalho e conviver como comunidades humanas regulares [...].

Quando mencionamos sobre a questão das ocupações irregulares não nos referimos apenas aos locais em que a Lei proíbe a realização de edificações, mas também aos prédios e construções abandonadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada, que são ocupados irregularmente por moradores de rua e imigrantes ilegais. Nestes locais, que possuem instalações arcaicas e precárias, onde é muito comum a falta de fornecimento de água e luz, é possível encontrar famílias vivendo de forma desumana.

Na falta de água e luz, estes moradores recorrem a ligações clandestinas, popularmente conhecidas como "gatos", colocando em risco sua própria vida e de sua família, como aconteceu no ano de 2018, na tragédia que envolveu o desmoronamento do prédio abandonado da Polícia Federal no Município de São Paulo<sup>4</sup>.

Portanto, é evidente afirmar que o crescimento populacional desordenado contribuiu satisfatoriamente para a marginalização da população urbana, e essa marginalização reflete por sua vez em construções de moradias irregulares nas denominadas áreas de risco, podendo ocasionar, assim, nos denominados impactos ambientais.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://m.oglobo.globo.com/brasil/incendio-que-causou-desabamento-de-predio-em-sp-foi-causado-por-curto-circuito-conclui-policia-22649585> Último acesso em: 03 d emai. De 2018.

## 1.2.2 Impactos ambientais do crescimento urbano

Conforme proposto no tópico anterior, o crescimento populacional desordenado contribuiu consideravelmente para a marginalização da população urbana, e, sendo assim, essa marginalização acaba por se refletir nas construções de moradias irregulares, nas denominadas áreas de risco. Como se ainda não bastasse, tais construções irregulares prejudicam não só o solo como também alguns afluentes que passam por suas proximidades.

Como visto anteriormente, o processo de industrialização resultou no crescimento desordenado dos grandes centros populacionais, e a velocidade com que esse fenômeno se deu acabou por trazer reflexos para a sociedade como um todo.

Vidal de la Blanche (apud MONBEIG, 2004. p. 279) demonstrou que o papel da vontade humana é essencial para se entender o crescimento das cidades, pois “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de modo a lhe permitir corresponder a seus desejos e necessidades”. Em outras palavras, Monbeig (2004. p. 279) afirma que as variações de volume e de distribuição das populações se devem principalmente aos impulsos de crescimento, uma vez que tais variações acarretam conseqüentemente em modificações no cenário urbano.

O meio ambiente urbano está sempre em constante mudança, afinal como bem aduz Monbeig (2004, p. 299), “os homens e suas obras, colocados num meio geográfico definido, eis o que constitui o organismo urbano. Mas um organismo tem uma função e essa função modifica-se ao mesmo tempo em que o organismo evolui”. Sendo assim, o meio ambiente urbano sempre acompanhará as necessidades do homem em sociedade.

É assim que, também, entende Mumford (1991, p. 462.), ao afirmar que “a lei do crescimento urbano, ditada pela economia capitalista, significou inexorável destruição de todas as características naturais”, onde os rios eram transformados em esgotos e árvores antigas poderiam ser sacrificadas.

Nolasco relata que os operários passaram a construir suas moradias em meio aos espaços que sobravam entre as fábricas, galpões ou pátios ferroviários. O ser humano nunca teria vivido tão mal, como relata Mumford (1991, p. 498):

[...] as casas costumavam ser construídas bem junto das usinas siderúrgicas, fábricas de tintas, gasômetros ou cortes ferroviários. Era muito frequente serem construídas em terras cheias de cinzas, vidros quebrados e restos, onde nem mesmo a grama podia deitar raízes; podiam estar ao pé de uma pirâmide de detritos ou junto de uma enorme pilha permanente de carvão e escória; dia após dia, o mau cheiro dos dejetos, o negro vômito das chaminés e o ruído das máquinas martelantes ou rechinantes acompanhavam a rotina doméstica.

Relata, ainda, Nolasco (2004, P. 47), que as cidades, durante esse período de desenvolvimento industrial, cresceram de forma desproporcional e que as inúmeras construções não deixavam espaço para serviços sociais e nem para o verde público.

Cumprе ressaltar que a perda desse verde público está relacionada ao desmatamento<sup>5</sup>, que segundo dados oficiais, “no período que vai de 1990 a 2005 a cobertura florestal do Brasil foi reduzida em 420 mil quilômetros quadrados de extensão, o que significa uma perda de 28,4 mil quilômetros quadrados a cada ano”.

Dessa forma, o homem se apropriou do meio ambiente, visando sempre o enriquecimento e o crescimento material da sociedade, pouco se importando também com a exploração predatória que estava desencadeando sobre o meio ambiente, acreditando cegamente que estes meios seriam inesgotáveis.

Essa busca pelo enriquecimento fica ainda mais evidente quando tratamos do consumismo desenfreado, conforme relata Nolasco (2008, p. 49) onde

[...] em vez de promover o desenvolvimento e as relações do homem com a água, o ar, o solo e seus componentes orgânicos, a tecnologia industrial de nossa época dedica-se a imaginar meios de substituí-los mecanicamente, mais controláveis e lucrativos, mais produtivos e de fácil consumo, levando não vida, mas esterilidade ao campo e finalmente, morte à cidade, conformada à máquina, insensível e aniquiladora do próprio homem.

Ocorre que, tais explorações acarretaram impactos ambientais negativos, inicialmente em escala regional, mas rapidamente já falávamos em impactos em escala mundial, impactos estes que podemos citar como exemplo: o efeito estufa, a chuva ácida, a desertificação do solo, dentre outros.

Guerra, por sua vez, relata que as águas da chuva são um dos principais causadores do processo erosivo, e que esse fenômeno ganha ainda mais força em áreas com o clima tropical, como é o caso do Brasil. Esta situação se torna ainda mais agravante, pois na maioria das vezes essas chuvas se concentram em certas estações do ano. O autor apresenta ainda que esse processo erosivo tende a se acelerar, à medida que mais terras são desmatadas para a exploração do solo, uma vez que eles ficam

---

<sup>5</sup> A definição dada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – Ibama para o termo “desmatamento” é: “a operação que objetiva a supressão total da vegetação nativa de determinada área para uso alternativo do solo”. Definição disponível em: [www.ibama.gov.br/recursos-florestais/areas-tematicas/desmatamento/](http://www.ibama.gov.br/recursos-florestais/areas-tematicas/desmatamento/). Último acesso em 29 de agosto de 2011.

desprotegidos da cobertura vegetal, e dessa maneira as chuvas incidirão diretamente sobre a superfície do terreno.

Com a expansão territorial, as cidades passam a incorporar mais territórios pavimentados do que áreas verdes. Sem a preservação das florestas nativas, inclusive no que tange as matas ciliares, o solo se torna impermeável, conseqüentemente mais frágil, uma vez que não haverá mais a absorção das águas das chuvas, podendo acarretar assim avalanches e desmoronamentos.

As obras de terraplanagem contribuem para perdas de solo. Tratores e máquinas agrícolas usadas de maneira inadequada colaboram para a compactação do solo. Sendo assim, Resende (1988, p. 18) aduz que “há a influência da estrutura (agregação de partículas do solo), como é o caso dos solos compactados que podem oferecer dificuldades à penetração de raízes e, assim, limitar a absorção de água e nutrientes”, a ampliação das áreas construídas e pavimentadas, aceleram substancialmente o volume e a velocidade das enxurradas. Devido a isso, a ocupação de terrenos irregulares multiplica os riscos de acidente.

Após relatos acima, ficou evidenciado que a vegetação protege e nutre o solo, sendo que as chuvas que caem sobre as copas das árvores são amortecidas, o que torna escoamento superficial mais lento e a erosão menor, pois o sistema de raízes permite maior infiltração e posterior captação de água pela vegetação.

Porém, com a retirada da vegetação, o solo fica exposto, afinal as chuvas o atingem com intensidade, o escoamento superficial da água é rápido e violento, aumentando assim a erosão e ocasionando também a desestabilização da encosta. Com isso, essas áreas acabam por se tornar pouco enriquecidas em ferro e alumínio, o que contribue consideravelmente para futuros deslizamentos.

Vale salientar, conforme relata Resende (1988, p. 18), que “os óxidos de ferro e de alumínio apresentam [...] alta capacidade de absorver fósforo [...]”, em outras palavras, os solos pobres em alumínio e ferro não absorvem a quantia necessária de fósforo, reduzindo assim sua capacidade de fertilização e “cimentação” do solo.

Fonseca (2010, p. 177) também explica que “a presença de vegetação tende a estabilizar o solo e reduzir a taxa de deslizamento”, relatando ainda que, em regiões onde o clima é úmido, o deslizamento é facilitado pelo efeito lubrificante da umidade do solo, uma vez que a “umidificação e secagem do solo, tendem a facilitar o movimento gravitacional”.

Conforme relatado acima, a chuva possui importância fundamental para o processo erosivo, uma vez que segundo Guerra (2010, p. 24):

[...] parte da água da chuva cai diretamente no solo, outra parte é interceptada pela cobertura vegetal, podendo retornar à atmosfera pela evaporação ou chegar ao solo, através do gotejamento das folhas e pelo fluxo de tronco (stemflow). Essa água que chega ao solo, diretamente pelo impacto das gotas, ou indiretamente após ser interceptada pela cobertura vegetal, é que vai participar da erosão.

Nesse ponto, a porosidade tem um papel determinante no funcionamento do solo, uma vez que, como afirma Silva (2010, p 110) ela é a responsável pela retenção de mais ou menos água pelo solo. Em outras palavras:

[...] uma porosidade eficiente, sem impedimentos, permite maior quantidade de água infiltrando a grandes profundidades, propiciando uma reserva permanente para as nascentes e para os vegetais. Quando ocorre algum tipo de impedimento próximo à superfície, a água retorna rapidamente à atmosfera, tornando desta forma o ciclo hidrológico mais curto, além de provocar graves danos através da erosão.

Dessa forma, a chuva quando chega ao solo pode ser armazenada em pequenas infiltrações, ou infiltrada, esse processo poderá ser influenciado pelas propriedades dos solos, características das chuvas, tipo de cobertura vegetal, manejo do solo. Sendo assim, Morgan (apud GUERRA, 2010, p. 25) enfatiza que

[...] durante uma tempestade, os espaços existentes entre as partículas de solo preenchem-se de água, e as forças de capilaridade decrescem, de tal forma que as taxas de infiltração decaem, tornando o solo saturado, não conseguindo, a partir de um determinado momento, absorver mais água.

Quando a água se acumula nas depressões de um terreno, passa a descer pela sua encosta, uma vez que o solo está saturado e as poças já não conseguem mais conter essa água. A partir do momento em que esse fluxo de água acelera, encosta abaixo, ocorre a quebra de rocha em partículas, dando-se assim o início a erosão. (GUERRA, 2010, P. 30)

Portanto, com base em tudo o que foi relatado acima, Weyemüller (2010) aponta ainda que as principais fontes de degradação ambiental, como poluição de rios e destruição de matas, são decorrentes do processo de industrialização que o planeta passou em suas últimas décadas.

Nos médios e grandes centros urbanos, vastas áreas são utilizadas como aterros sanitários para a deposição de lixo. A decomposição de lixo em meio ao solo leva à

formação de um líquido tóxico, o chorume, que pode contaminar as águas subterrâneas e superficiais.

Em outras palavras, com o crescimento populacional surge a necessidade de uma maior produção por parte da indústria visando o suprimento das necessidades dos cidadãos. Com as indústrias trabalhando a todo vapor a concentração de emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera aumenta em grandes escalas e suas consequências são catastróficas.

Essa alta concentração de CO<sub>2</sub> na camada de ozônio é denominado pela ciência como efeito estufa. Para melhor entendimento utilizaremos a definição proposta por Volker Kirchoff (apud WEYERMÜLLER, 2010, p. 85) onde

O efeito estufa é um processo físico que acontece na atmosfera e que provoca um aumento de temperatura da superfície. Este aumento de temperatura pode causar imediatamente várias modificações ao meio ambiente [...]. O efeito estufa é realizado por alguns poucos gases que existem na atmosfera. Estes gases podem ser naturais, isto é, gases produzidos naturalmente na atmosfera, ou podem ser introduzidos artificialmente na atmosfera, pela ação do homem moderno.

Weyemüller (2010, p. 92-93) esclarece ainda que esse efeito seria um mecanismo natural de retenção de calor benéfico e fundamental para a regulação da temperatura média da Terra, uma vez que parte da radiação solar é refletida de volta para o espaço e outra parte é retida pela atmosfera. Mas devido à ação transformadora do meio ambiente pelo homem, em virtude do excesso de carbono, dentre outros gases lançados na atmosfera, esse mecanismo natural benéfico dá lugar ao aquecimento global, que por fim acaba por implicar nas mudanças climáticas.

Em suma, a cumulativa queima de combustíveis fósseis pelas indústrias, carros, dentre outros meios, geram a crescente concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera e, em decorrência disso, temos o efeito estufa que proporciona o aquecimento global. Desses fenômenos, projetam-se diversas consequências, dentre elas, o aumento dos índices pluviométricos.

Por fim, o crescimento desordenado, bem como o processo de industrialização, podem ser considerados como umas das principais causas de impacto ambiental. O consumismo desenfreado trazem implicações maiores do que apenas o acúmulo de lixo, afinal a quantidade de CO<sub>2</sub> emitida na atmosfera interfere no aquecimento global e por consequência o aumento do índice de chuvas. O grande fluxo das águas da chuva, por sua vez contribui para a erosão do solo, uma vez que devido ao excesso de pavimentações o solo se torna impermeável. É com base nessa afirmativa que surgirão

alguns instrumentos de proteção socioambiental, que orientarão as cidades à realização de um crescimento mais sustentável, nesse sentido, será realizada uma análise no tópico seguinte com ênfase em relação às Organizações da Sociedade Civil que de leste a oeste, norte a sul do país, contribui com soluções estratégicas às demandas ambientais

## 2 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSCS)

As OSCs que passaram a ser representadas usualmente pelas ONGs, sigla que representa qualquer entidade<sup>6</sup> comunitária que não tem nenhum vínculo com o governo, seja municipal, estadual ou federal. Esse termo passou a ser usado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da década de 1940-1950, ao tratar das OSCs sem vínculos com determinado governo.

As OSCs têm sua gênese na antiguidade, sendo uma forma organizada da expressão humana de altruísmo. Elas são frutos de iniciativas sociais de pessoas interessadas a suprir uma demanda da sociedade e que podem se tornar empresas, chamadas de Terceiro Setor, custeadas direta e/ou indiretamente pelo governo para o atendimento das demandas sociais e, que, por vezes, se tornam instrumentos de dominação e manutenção de poder.

Segundo Santos (2007, p.9), a Assistência<sup>7</sup>, ao contrário do que muitos pensam, é uma prática bastante antiga na humanidade. Com outra nomenclatura, ela surgiu e vem se desenvolvendo como um produto da civilização na qual está inserida. “Pode-se destacar que nas sociedades primitivas, ajuda aos mais necessitados era prestada pelas famílias aos indivíduos pertencentes à mesma tribo ou clã, face ao vínculo afetivo, aos costumes e as crenças”. Para Ander Egg (1995, p.66-67), nas “sociedades primitivas a ajuda aos mais necessitados era prestada pelos indivíduos pertencentes à mesma tribo ou clã, considerando-se seus vínculos afetivos, seus costumes e crenças em comum”.

O trabalho de assistência social também esteve atrelado à religiosidade e à questão humanitária. Na Antiguidade, as motivações encontravam suas justificativas na pobreza que era considerada castigo dos deuses – no Império Romano, inclusive, ela era vista como uma realidade que necessitava de ajuda orgânica. Enquanto isso, na Grécia

---

<sup>6</sup>Entidade é uma organização com existência jurídica, em outras palavras é uma Pessoa Jurídica.

<sup>7</sup>Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742, de 07/12/1993) a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

antiga, especificamente em Atenas, a ajuda aos pobres e doentes foi estabelecida pelo Estado a partir da distribuição de farinha, azeite e trigo e de uma espécie de pensão que garantia o mínimo de sobrevivência.

Com o passar do tempo, o cristianismo compreende a assistência social como parte de sua fé e a incorpora na moral cristã. Vieira (1973, p.20) destaca que a “caridade era um meio para alcançar méritos para a vida eterna; ser pobre ou doente não constituía castigo, mas consequência da imprevidência individual”.

Santos (2007) salienta que o cristianismo assumiu o trabalho social por meio de uma legião de confrarias criadas para atender às demandas sociais da época. As confrarias religiosas atraíam inúmeros fiéis que, imbuídos do espírito humanitário, se dedicavam à ação social.

Durante toda Idade Média, a Igreja detinha o privilégio de administrar as obras de caridade e as campanhas religiosas através dos diáconos e diaconisas. As Obras Sociais que funcionavam nos conventos e mosteiros, não eram suficientes para atender aos males sociais da época, surgindo, portanto, congregações religiosas destinadas à prestação da Assistência Social. Várias instituições privadas de caridade surgiram, além daquelas criadas pela Igreja. No século XIV, na França, foi criada a associação Damas de Caridade, com o objetivo de prestar socorro aos pobres e doentes. Posteriormente, São Vicente de Paula<sup>8</sup> cria as Filhas de Caridade, recrutando camponesas que estivessem disponíveis para prestar serviços aos pobres (SANTOS, 2007, p. 15).

Com essa postura, o cristianismo se torna referência no trabalho social, no sentido caritativo e paternalista. As Damas da Caridade representam a perspectiva caritativa em que apenas havia preocupação de suprir as demandas físicas mínimas da pessoa. Assim, o trabalho social é resultado de uma prática social ligada à fé: o maior beneficiado com a ação é quem a realiza e, não necessariamente, o destinatário dela.

Na atual conjuntura, as OSCs têm ampliado suas ações<sup>9</sup>. De acordo com os dados publicados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem 290.692 fundações privadas e associações sem fins lucrativos no país. Atualmente, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais tem 226 afiliados. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas possui 130 integrantes e os categoriza em

---

<sup>8</sup> De acordo com Vieira (1973, p.24), São Vicente foi um sacerdote, filho de uma família camponesa das Landes no sul da França. Criou as instituições Damas de Caridade e Filhas de Caridade no século XVI na França.

<sup>9</sup> Em artigo publicado na revista Carta Capital no dia 14 de setembro de 2015, por Virgílio Viana intitulado “O papel das ONGs no século XXI”, que trata sobre as novas demandas das organizações sociais, bem como a maneira flexibilidade com que trata as novas questões da ordem social.

fundações e institutos empresariais, fundações e associações familiares, independentes e comunitárias, além de empresas. Segundo Viana, os afiliados do GIFE investem anualmente 2,2 bilhões de reais em projetos sociais, culturais e ambientais (BRASIL/IBGE, 2008).

Esses movimentos sociais representam outro segmento, muito mais numeroso e com menos recursos financeiros, e reúnem associações de moradores e de classe, a maioria informal. As demandas sociais se tornam nichos de negócios lucrativos estrategicamente organizados no desenvolvimento de tecnologias sociais para a resolução de problemas complexos. Viana (2015, p.23) enumera sete papéis das organizações sociais que retratam a nova ordem das ONGs nos dias atuais:

O primeiro papel das organizações não governamentais é se tornarem centros de inovação e criatividade no desenvolvimento de soluções para problemas complexos. Ao contrário dos governos, as ONGs são menos burocráticas e mais flexíveis. Ao contrário das empresas privadas, têm menos medo dos riscos financeiros e são mais propensas a experimentar. Soma-se a isso o fato de terem mais jovens nas suas equipes, o que permite um diálogo mais fácil com a inovação e o espírito de mudança.

O segundo papel das organizações é a articulação de parcerias trissetoriais, a envolver também governos e empresas. Essas parcerias serão fundamentais para resolver os complexos problemas dos tempos modernos. Parcerias trissetoriais representam a tônica do pensamento das instituições multilaterais globais. Situa-se aqui o conceito de valor compartilhado, de grande importância nesse contexto.

O terceiro papel é o de aproximar as instituições de ensino, pesquisa e inovação tecnológica do mundo real. Essas instituições tendem a se distanciar da realidade e se isolar de forma autocentrada. Contribuem menos do que poderiam, dado o seu elevado nível de qualificação acadêmica e técnica.

O quarto papel é o de denunciar os problemas e incomodar os tomadores de decisão, tanto nos governos quanto nas empresas. A maior liberdade, jovialidade e inquietude das ONGs torna-as mais capazes de apontar a corrupção, o abuso aos direitos humanos, as injustiças sociais e as tragédias ambientais.

O quinto papel é o de contribuir para o aumento da eficiência das políticas públicas. Os governos são cada vez mais cobrados pela baixa qualidade dos serviços prestados. A máquina pública é caracterizada pela ineficiência e pela dificuldade de inovação. As organizações não governamentais podem prover análises inovadoras, articular a contribuição das instituições de pesquisa e experimentar soluções inovadoras em escala piloto.

O sexto papel é o de contribuir para a cooperação em redes de conhecimento, inovação e ação, com especial atenção para a cooperação Sul-Sul entre países. A revolução tecnológica aumentou brutalmente a conectividade global. As organizações não governamentais possuem um perfil mais flexível e dinâmico para animar redes de inovação e intercâmbio de soluções.

O sétimo papel é o de alimentar a utopia. As crises globais, especialmente aquelas associadas às mudanças climáticas e conflitos armados, colocam uma nuvem de desesperança no ar, alimentando angústia, apatia e alienação, especialmente entre os

juvens. As organizações não governamentais podem servir como vetores de esperança e criação de um senso de propósito na vida dos indivíduos.

Viana (2015) e Gohn (1997) asseveram que os sete papéis supracitados apontam para a imprescindibilidade de valorização do papel das ONGs no futuro da sociedade em uma perspectiva mercadológica. Para tanto, deve-se utilizar o papel estratégico para galvanizar a energia necessária e desenvolver soluções inovadoras para os complexos problemas e desafios sociais do final do século XX e início do XXI.

Para Gohn (2000), as novas estratégias de parcerias entre as OSCs e o Estado, em função dessa nova etapa do processo de acumulação capitalista, fazem com que o Estado transfira parte da responsabilidade de suas ações para a iniciativa privada. Nesse sentido, a relação Estado-sociedade passa a ser construída num espaço ocupado por uma série de instituições entre o mercado e o Estado, denominado como esfera pública não-estatal, que abarca um conjunto de OSCs que atuam no desenvolvimento de projetos, na prestação de serviços sociais e na assessoria a organizações populares de defesa de direitos – tal ação se relaciona à desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade.

Na transferência de parte da responsabilidade do Estado para as comunidades organizadas, em ações de parceria com as ONGs surgem demanda e oportunidade novas de contratação de profissionais capacitados. Para atender a essa nova realidade das ONGs, são necessários profissionais que tenham perfil social e que, em suas ações, busquem mais que a remuneração, como a transformação e o empoderamento humano e social na perspectiva colaborativa<sup>10</sup> e de co-construção. Com essa ideologia social são contratados pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, administradores, analistas fiscais e contábeis, técnicos da informação, médicos, dentistas, botânicos, veterinários etc., conforme as demandas da instituição, na expectativa de profissionalizar o Terceiro Setor.

---

<sup>10</sup>A atividade co-laborativa (o trabalho colaborativo) pode converter-se em poderoso recurso metodológico para a implementação de empreendimentos pedagógicos à distância na/em Rede. Para Crook (1998) a (1) articulação, o (2) conflito e a (3) co-construção são os três princípios cognitivos dos trabalhos colaborativos. O primeiro refere-se à necessidade do sujeito de organizar, justificar e declarar suas ideias para todo o grupo - e ser adequadamente interpretado e compreendido pelo e-coletivo. Já o conflito relaciona-se mais aos desacordos entre os participantes, que provocam variados movimentos discursivos e múltiplas negociações, solicitando esforços do e-coletivo para gerenciá-los. E finalmente a co-construção que diz e quer dizer do benefício cognitivo de uma “aprendizagem cooperativa” (aprendizado co-laborativo) para a gênese e desenvolvimento de uma cognição socialmente compartilhada. No grupo colaborativo todo o conhecimento é construído conjuntamente e negociado, havendo um fluxo de comunicação bidirecional contínuo. Enquanto no grupo cooperativo a comunicação pode ser unidirecional, isto é, quando algum aluno assume um papel de expertise, explicando determinadas ideias ao grupo, e em outros momentos é multidirecional, quando os membros do grupo buscam alternativas e tomam decisões. Na cooperação se produzem consultas sobre o feito de cada um e a colaboração vai se fazendo conjuntamente segundo Espinosa (2003, p. 110-111).

## 2.1 ONGs

Segundo Tachizawa (2010), as organizações não governamentais, que compõem o Terceiro setor, são grupos sociais organizados, sem fins lucrativos e que embora não possuam vínculo com o Estado, poderão receber desses investimentos financeiros para realização de atividades de cunho ambiental, social, dentre outros. Acerca de sua definição, deve-se considerar que

Organização não governamental (ONG) não é termo definido em lei, mas uma categoria que vem sendo socialmente constituída e usada para designar um conjunto de entidades com características peculiares, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública. (TACHIZAWA, 2010, 24)

Ao se realizar uma análise histórica, nota-se que as ONGs se consolidam à medida que se criam e fortalecem as associações civis, a partir da década de 1970. No entanto, segundo dados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, evidencia-se que aproximadamente 60% dessas ONGs foram fundadas recentemente, a partir de 1985, e que, ainda, 15,4% são ainda mais novas, criadas a partir dos anos 90.(TACHIZAWA, 2010, p. 12-13)

Tachizawa (2010, p 17) atribui essa evolução das ONGs a partir da década de 1980, com o crescimento da sociedade brasileira, possuindo um importante papel na construção dos movimentos sociais, contemplando a diversidade e introduzindo novos valores universais de cidadania.

Soares (2000), por sua vez, atribui a evolução das organizações não governamentais como uma resposta ao crescimento do Direito Internacional, que passou a exigir dos Estados e das organizações internacionais, assuntos cada vez mais técnicos, exigindo, dessa forma, uma cooperação com entidades privadas especializadas ligadas nesse caso, ao Terceiro setor. Corroborando com o pensamento de Soares, podemos mencionar um dispositivo constante da Agenda 21, que estabelece que:

As organizações não-governamentais, inclusive as organizações sem fins lucrativos que representam os grupos de que se ocupa esta seção da Agenda 21, possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecidos nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, tal como o previsto em toda a Agenda 21. Portanto, a comunidade das organizações não-governamentais oferece uma rede mundial que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar os esforços de realização desses objetivos comuns.

A importância das ONGs em âmbito internacional foi constatada, inicialmente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO/92, ocasião que foi elaborada a Agenda 21. Dentre as diversas menções que o instrumento traz, destaca-se a Seção III, Capítulo 27, que tratou do fortalecimento dos grupos sociais, em especial as Organizações Não-Governamentais. Sendo assim atribui que:

As organizações não-governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidas como parceiros na implementação da Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações não-governamentais exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína.

Sendo as ONGs grupos sociais sem fins lucrativos, necessita, portanto, de um financiamento por parte da sociedade civil, em especial pelo empresariado. Embora as ONGs não possuam vínculo direto com a Administração, não se deve, no entanto, isentar o Estado dessa responsabilidade de colaborar financeiramente, uma vez que, estabelece a Agenda 21

Dependendo do resultado dos processos de exame e da evolução das opiniões sobre a melhor maneira de forjar a parceria e o diálogo entre as organizações oficiais e os grupos de organizações não-governamentais, haverá gastos nos planos nacional e internacional, relativamente baixos, mas imprevisíveis, a fim de melhorar os procedimentos e mecanismos de consulta. Da mesma forma, as organizações não-governamentais precisarão de financiamento complementar para estabelecer sistemas de monitoramento da Agenda 21, ou para melhorá-los ou contribuir para o funcionamento deles. Esses custos serão significativos, mas não podem ser estimados com segurança com base na informação existente.

Ainda sobre a participação do Estado como instituição fomentadora, estas ONGs podem ser classificadas como entidades que compõem o Terceiro Setor, ou seja, as Organizações Sociais- OS, ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, podendo desta forma receber subvenções do Estado. Sobre Terceiro Setor, conceitua-se como

O nome “terceiro setor” designa atividades que não são, nem governamentais (primeiro setor), nem empresariais e econômicas (segundo setor). Desse modo, o terceiro setor é composto por entidades privadas da sociedade civil que exercem atividades de interesse público sem finalidade lucrativa. [...] A Administração Pública incentiva o desenvolvimento das atividades do terceiro setor em razão do alcance social dessa atuação.

Dentre as formas de terceiro setor, a que melhor enquadraria desenvolvimento e manutenção sustentável das cidades é a das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que pode ser conceituada como:

Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa dos particulares, para desempenhar serviços não exclusivos do Estado, com fiscalização pelo Poder Público, formalizando a parceria com a Administração Pública por meio de termo de parceria.

A outorga do título de OSCIP é disciplinada pela Lei n.º 9.790/99, regulamentada pelo Decreto n.º 3.100/99, e permite a concessão de benefícios especiais, como a destinação de recursos públicos. (MAZZA, 2012, p. 183)

O art. 3º da Lei n.º 9.790/99, estabelece um rol bem mais extenso de finalidades executadas pelas OSCIP em comparação as Organizações Sociais, como a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a promoção da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Pesquisas realizadas em 2002 apontam que as atividades das ONGS, movimentam mais de US\$ 1 trilhão em investimentos pelo mundo, sendo que, aproximadamente, US\$ 10 bilhões desse valor advêm do Brasil, o que corresponde apenas a 1,5% do nosso PIB. Trata-se de uma quantia relativamente expressiva, mas ao se comparar com outros países, como a inexpressiva Bélgica, que aplica 9,5% do seu PIB, esse valor perde um pouco sua grandiosidade, tendo em vista o papel importante que o Brasil exerce mundo afora.<sup>11</sup> (SOARES, 2000, p. 9)

Diante do exposto, é evidente a importância das organizações não-governamentais no exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, devendo o Estado promover políticas que propiciem a interação entre ambos, se atendo principalmente em relação ao financiamento de suas atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, diante da abordagem, impactos e implicações socioambientais do homem integrante/interventor, fica evidente que o processo de industrialização impulsionado pela globalização, contribuiu consideravelmente para o crescimento urbano desordenado. Além disso, tais fenômenos, possuindo como fundamento o modo de produção capitalista, acabam por estimular também o consumismo desenfreado.

---

<sup>11</sup> SOARES, p. 9

Em outras palavras, o processo de globalização sob o modo de produção capitalista aflora nos seres humanos uma prática consumista de retirar do meio ambiente, industrializar, consumir e depois logo descartar, dando pouca importância com a reposição, sem sequer pensar nas gerações futuras.

A problemática repousa, também, no fato de que, os países que optam e possuem condições de implementar a industrialização, são elevados à condição de países desenvolvidos, estabelecendo com os países não industrializados uma relação de dependência, seja através do fornecimento de matéria-prima, seja através da aquisição de seus produtos. A exploração dos recursos minerais, sem sua devida reposição, causa impactos no meio ambiente e conseqüentemente na sociedade como um todo, uma vez que a poluição do ar, das águas e deterioração do solo provoca uma redução considerável na qualidade de vida de toda população.

Quando falamos nos impactos decorrentes desse crescimento urbano desordenado, devemos compreender o fenômeno como um impacto socioambiental, uma vez que os danos causados no Meio Ambiente afetam diretamente os membros de toda uma sociedade, sobretudo aqueles de origem mais carente. Afinal se partimos da premissa de que o homem, por intermédio da produção industrial em larga escala, contribui consideravelmente para o aquecimento global e que as conseqüências desse fenômeno, como o aumento do índice de chuvas refletem sobre coletividade. Essa afirmação ganha um contorno ainda mais alarmante quando analisada em face da população de baixa renda, tendo em vista que por muitas vezes constroem suas moradias nas denominadas áreas de risco e por essa razão deveriam receber uma atenção especial do Estado.

Mas a manutenção e preservação do Meio Ambiente não pode ser um dever só do Estado, afinal a sociedade de uma forma geral também deve contribuir para tal, tanto por intermédio de pressões populares que visem à atuação efetiva dos órgãos públicos, como pela atuação consciente em suas atividades diárias.

Portanto, fica evidente a necessidade de uma cobrança por parte da população em relação à atuação do Estado, mas a sociedade não deve apenas cobrar, como também deve participar, tendo em vista que se faz necessária principalmente uma mudança em nosso modo de vida, caso contrário não haverá muito mais o que salvar.

## REFERÊNCIAS

- ANDER, E. E. **Introdução ao trabalho social**. Petrópolis, editora Vozes, 1995.
- CAPELLI, Silvia. **Revista de direito ambiental**. Ano 15, n.º 57. São Paulo: RT, 2010. p. 231.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Uma leitura sobre a cidade**. In: GEU - Grupo de Estudos Urbanos (org.). *Cidades: Revista científica*. Vol. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 14.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 55.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede das cidades**. In: GEU - Grupo de Estudos Urbanos (org.). *Cidades: Revista científica*. Vol. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 125-129.
- FONSECA, Ariadne do Carmo. **Geoquímica dos solos**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; SILVA, Antônio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. (orgs.) *Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010. p. 177.
- GOHN, M da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola. 1997.
- \_\_\_\_\_. **“O novo associativismo e o Terceiro Setor”**. Serviço Social & Sociedade nº 58. São Paulo: Cortez. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUERRA, Antonio José Teixeira. **O início do processo erosivo**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; SILVA, Antônio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. (orgs.) *Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010. p. 17.
- FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GOLDSTEIN, I. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.
- LANDIM, L. (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo, Centauro, 2004. p. 36.
- LAVRATTI, Paula. **O desmatamento e as mudanças climáticas: uma análise sobre o potencial de mitigação e adaptação da legislação florestal brasileira**. In: LECEY, Eladio.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 2012, p. 181.

MONBEIG, Pierre. **Textos Clássicos: O estudo geográfico das cidades.** In: GEU - Grupo de Estudos Urbanos (org.). Cidades: Revista científica. Vol. 1, n. 2. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 279

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 445-449.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito fundamental à moradia.** São Paulo: Editora Pílares, 2008. p. 46.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro.** São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2010. p. 49.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 177-178.

RESENDE, Mauro. **Pedologia e fertilidade do solo: interações e aplicações.** Brasília: Ministério da Educação; Lavras: ESAL; Piracicaba: POTAFOS, 1988. p. 12.

SALOMÃO, Fernando Ximenes de Tavares. **Controle e prevenção dos processos erosivos.** In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; SILVA, Antônio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010. p. 256.

SANTOS, C. C. G. **A importância da visão crítica na intervenção do Assistente Social: uma reflexão sobre a prática de estágio no Centro Educacional Dom Bosco.** 2007. 45f. Monografia (TCC em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE. 2007.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social.** 5ª ed.; São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1991. p. 93.

SILVA, Antonio Soares da. **Análise morfológica dos solos e erosão.** In: GUERRA, Antônio José Teixeira Guerra; SILVA, Antônio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010. p. 110.

SOARES, Guido F. S. **As ONGs e o direito internacional do meio ambiente.** In: BENJAMIN, Antonio Herman V. MILARÉ, Edis (coord.). *Revista de direito ambiental.* Ano 5, n.º 17. São Paulo: RT, 2000. p. 49.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEMER, Michel. **Elementos do Direito Constitucional.** 22ª edição. Ed: Malheiros, São Paulo, 2007. p. 114.

VIANA, V. **O papel das ONGs no século XXI.** Carta Capital, São Paulo: Editora Confiança, Ano XXI, n. 797, P. 23-24, set. 2015.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Direito Ambiental e Aquecimento Global.** São Paulo, Atlas, 2010. p. 83.

(Recebido em março de 2020; aceito em abril de 2020)